

Em congresso, autoridades apontam urgência da modernização do trabalho

A necessidade de modernização nas relações de trabalho, à luz de inovações tecnológicas como a inteligência artificial e a economia digital, foi um dos temas centrais da abertura do **IV Congresso Nacional e II Internacional da Magistratura do Trabalho**, em Foz do Iguaçu (PR), na noite desta quinta-feira (28/11). **O Anuário da Justiça do Trabalho 2025** será lançado no evento, nesta sexta (28/11).

Ministros do Supremo Tribunal Federal e do **Tribunal Superior do Trabalho**, além de desembargadores e líderes de entidades da área, convergiram na avaliação de que o Brasil vive um momento de transformações que demanda respostas céleres do Judiciário.

Os ministros do STF Edson Fachin, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin, que enviaram manifestações por vídeo ao evento, afirmaram que a aceleração tecnológica é um desafio à integridade dos direitos trabalhistas e sociais, e que a Constituição de 1988 deve ser o ponto de partida para buscar o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e combate à precarização.

“Vivemos uma revolução tecnológica que, sem um marco regulatório comprometido com os direitos fundamentais, pode aprofundar desigualdade e intensificar a precarização das condições laborais”, avaliou Gilmar.

Para Zanin, o constitucionalismo brasileiro vive um momento de inflexão. “A economia digital, as plataformas de trabalho, as relações mediadas por algoritmos e as novas formas de contratação e prestação de serviço exigem uma leitura constitucional capaz de preservar a dignidade humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.”

Fachin observou que fenômenos como as mudanças climáticas colidem com a necessidade de garantir vida digna à população. Para ele, esse dilema tem impacto direto sobre os direitos humanos, incluindo o direito ao trabalho digno.

“Como já nos lembrava o saudoso Papa Francisco, e abro aspas, dizia ele: ‘Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental’.”

Fluidez das relações

A juíza aposentada **Claudia Marcia de Carvalho Soares**, presidente da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho (ABMT), afirmou que a Justiça do Trabalho “não pode ser um obstáculo à modernidade”.

“Modernidade nunca foi, não é e nunca será sinônimo de exploração do trabalho humano. Quando o mundo do trabalho se torna mais complexo, mais fragmentado e mais exigente, cresce a necessidade de uma jurisdição especializada, técnica e socialmente orientada.”

O corregedor nacional de Justiça, ministro **Mauro Campbell Marques**, que enviou manifestação por vídeo, observou que as novas formas de organização laboral têm ficado menos rígidas, e que o Judiciário precisa adaptar-se a essas mudanças.

“Temos um cenário de transformações aceleradas, profundas, no qual a inteligência artificial redefine processos produtivos enquanto a sustentabilidade ambiental e social se torna um imperativo inegociável. E as fronteiras entre o trabalho tradicional e as novas formas de organização laboral se mostram cada vez mais fluidas.”

Veja fotos do evento:

ConJur





Abertura do evento discutiu a necessária modernização das relações de trabalho



Livro em homenagem ao ministro Aloysio Corrêa da Veiga, do TST, foi lançado no evento



Público durante o IV Congresso Nacional e II Internacional da Magistratura do Trabalho



Público durante o IV Congresso Nacional e II Internacional da Magistratura do Trabalho



O Anuário da Justiça do Trabalho 2025 foi lançado durante o congresso ConJur



A advogada Elayne Garcia, chefe do Departamento Jurídico do Conselho Federal de Enfermagem ConJur



O ex-governador e ministro do TCU, Antonio Anastasia, discursa no evento ConJur



Alexandre Furlan, membro da Diretoria da CNI e presidente do Conselho de Relações do Trabalho da confederação ConJur



Painelistas expõem suas apresentações durante o congresso

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-nov-28/em-congresso-autoridades-apontam-urgencia-da-modernizacao-do-trabalho/>